

Guilherme Moreira
Petrella

Orientadores:
Prof. Dr. Jorge Hajime Oseki
(*in memoriam*)
Profa. Dra. Ângela Maria Rocha

d AS FRONTEIRAS DO CONJUNTO AO CONJUNTO DAS FRONTEIRAS

114

pós-

RESUMO

O conjunto habitacional é resultado de um processo de produção do espaço que articula diversos agentes interessados em valorizar seu capital em um processo produtivo. Como conjunto de experiências pode ser observado a partir de suas especificidades materiais, realizadas em cada um de seus contextos históricos e geográficos determinados, e também como um processo de produção que se percebe de maneira genérica, constituindo-se, desse modo, como uma *forma social de produção*. Contudo, se esse conjunto de experiências se identifica com políticas econômicas, também o faz com as políticas sociais, nas quais diversos arquitetos se engajaram como meio de contribuir com o processo de desenvolvimento da sociedade. Este artigo estabelece uma comparação entre experiências (consideradas exemplares) realizadas no âmbito da região metropolitana de São Paulo, visando compreender e superar os limites referentes à forma de produção do espaço por meio de conjuntos habitacionais. Se, por um lado, tenta olhar criticamente seus produtos, também o faz com relação às formas de produção e seus produtores. E se há limites impostos pela própria forma capitalística de produção do espaço, mediada pelas relações entre salário, lucro, juros e renda, eles também existem nas concepções críticas do pensamento arquitetônico. Desse modo, se for possível a superação da forma conjunto habitacional, isso deverá ocorrer em conjunto.

PALAVRAS-CHAVE

Conjuntos habitacionais (Cecap Zezinho Magalhães Prado, Cohab Cidade Tiradentes Santa Etelvina, mutirão autogerido Copromo, CDHU Iguatemi, Parque do Gato e Cingapura Zaki Narchi), habitação e urbanização (aspectos políticos-socioeconômicos), indústria da construção civil, produção do espaço.

DE LAS FRONTERAS DEL CONJUNTO AL CONJUNTO DE LAS FRONTERAS

RESUMEN

El conjunto habitacional de interés social es el resultado de un proceso de producción del espacio que articula diferentes agentes interesados en valorar su capital en un proceso productivo. En cuanto conjunto de experiencias, se puede observar a partir de sus especificidades materiales, realizadas en cada contexto histórico y geográfico particular, y también como un proceso de producción que se percibe de manera genérica, constituyéndose, de este modo, como una *forma social de producción*. No obstante, aunque este conjunto de experiencias se identifica con algunas políticas económicas, también lo hace con las políticas sociales, en las que se han involucrado muchos arquitectos, quienes ven en ellas una manera de aportar al proceso de desarrollo de la sociedad. Este artículo establece una comparación entre algunas experiencias (consideradas como ejemplares) realizadas en el marco de la región metropolitana de São Paulo, buscando comprender y superar los límites relacionados a la forma de producción del espacio mediante los conjuntos Habitacionales. Si, por un lado, se intenta dirigir una mirada crítica hacia sus productos, se lo hace igualmente en lo que se refiere a sus formas de producción y sus productores. Asimismo, si existen límites impuestos por la misma forma capitalista de producción del espacio, mediada por las relaciones entre el salario, el lucro, el interés y la renta, se los encuentra también en las concepciones críticas del pensamiento arquitectónico. De este modo, si es posible la superación del formato del conjunto habitacional, esto se deberá dar en conjunto.

PALABRAS CLAVE

Conjuntos habitacionales de interés social (Cecap Zezinho Magalhães Prado, Cohab Cidade Tiradentes Santa Etelvina, mutirão autogerido Copromo, CDHU Iguatemi, Parque do Gato e Cingapura Zaki Narchi), habitación y urbanización (aspectos político-socio-económicos), industria de la construcción civil, producción del espacio.

FROM THE BOUNDARIES OF THE
HOUSING COMPLEX TO THE COMPLEX
OF BOUNDARIES

ABSTRACT

The housing complex is the result of a space production process that combines several agents interested in increasing their capital in a production process. As a set of experiences, it can be analyzed from its material specificities that take place within its specific historical and geographical contexts, as well as a production process, which is perceived generically, thus becoming a *social form of production*. While this set of experiences connects with economic policies, it also does so with social policies, in which many architects have engaged in to help society develop. This article compares experiences (deemed exemplary) carried out in the São Paulo metropolitan region, to understand and overcome the limits faced by the production of housing complexes. This study provides a critical view of both the products as well as the forms of production and parties producing these housing complexes. It concludes that this form of construction faces limits imposed by capitalism – which juggles wages, profits, interest, and income – and by critical concepts of architectural thinking. If the difficulties are to be overcome, they must be tackled by all parties as a group.

KEY WORDS

Housing complexes (Cecap Zezinho Magalhães Prado, Cohab Cidade Tiradentes Santa Etelvina, mutirão autogerido Copromo, Cdhu Iguatemi, Parque do Gato, and Cingapura Zaki Narchi).

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa se inicia a partir da necessidade de refletir-se sobre o debate em torno de uma oposição dura entre duas formas de produção de arquitetura e urbanismo. Essa necessidade surge em função do estranhamento causado de como os diferentes pontos de vista eram (e são) expostos. Mas não em função de apresentarem-se diferentemente, pois é no debate que se pode avançar sobre os caminhos da arquitetura, mas sim por se constituir uma *dura oposição* entre essas formas de produção.

Se entre essas duas experiências, inicialmente tomadas como distintas, é possível estabelecer identidades nas quais não estão excluídas suas especificidades, é possível, também, que suas “positividades parciais”, segundo cada ponto de vista, possam ser consideradas como negativas, se forem analisadas de outro modo. Mas, por outro lado, essas positividades parciais, consideradas momentaneamente como negativas, podem ser positivas se as tomarmos dialeticamente ao processo social: se a arquitetura deseja contribuir com a transformação social – uma espécie de utopia ingênua, mas necessária – o processo social deve contribuir com a transformação da arquitetura.

Isso aponta para a necessidade de perceber-se que qualquer transformação do processo social em identidade com a transformação da arquitetura – produção de relações sociais em identidade à produção do espaço¹ – deverá passar pela reflexão sobre suas formas concebidas da arquitetura, do urbanismo e da técnica; pela reflexão sobre suas formas vividas no processo produtivo em canteiro e reprodutivo no cotidiano; e pela reflexão sobre o modo como refletimos sobre esses movimentos, percebendo as imbricações de cada um desses momentos em particular.

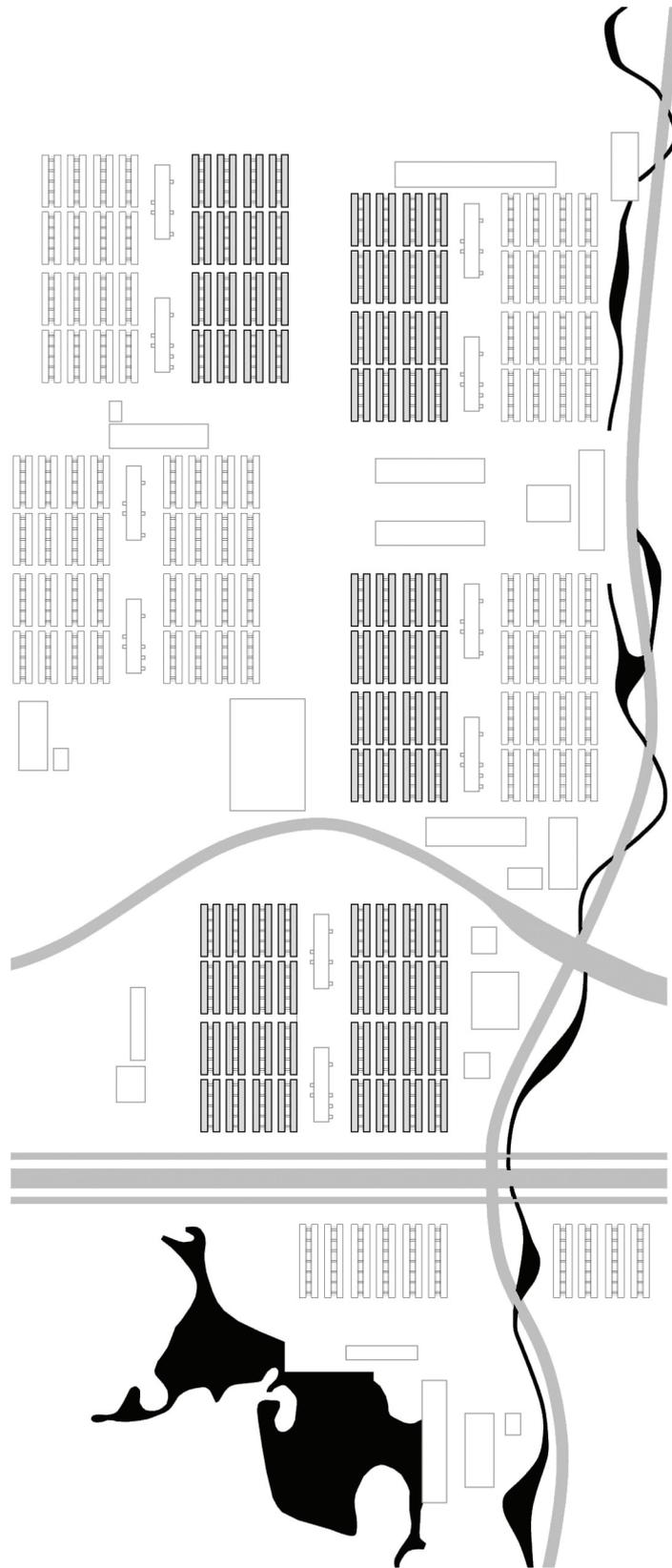
Contudo, se há o estranhamento com relação ao debate, há também a possibilidade de seus “debatedores” estranharem esse ponto de vista aqui exposto, em função desta reflexão, inicialmente, não tomar partido nem defender um dos pontos de vista em particular. Inclusive, cabe ressaltar que seria muito difícil, para não dizer inapropriado, iniciar uma reflexão a partir de um ponto de vista taxativo, fixo, pois isso implicaria em uma espécie de *confirmação a priori* de pontos de vista e não na reflexão em busca de um novo entendimento. De qualquer modo, ao longo desses quatro parágrafos iniciais buscou-se expor o “pano de fundo” no qual se desenvolverá este artigo. A partir de agora serão explicitados os conteúdos aos quais o debate mencionado se refere.

DESENVOLVIMENTO

As duas formas de produção de arquitetura referidas linhas acima são aqui identificadas com os conjuntos habitacionais Cecap Zezinho Magalhães Prado, produzido em Guarulhos a partir de 1967, e o mutirão autogerido Copromo, em Osasco a partir de 1990. Elas se apresentam segundo cada ponto de vista, como sendo *a forma exemplar* de produção de conjuntos habitacionais, tanto do ponto

(1) LEFEBVRE, Henri. *La production de l'espace*. Paris: Éditions Anthropos, 1974, p. 83.

Figura 1: Implantação
Cecap: esc.: 1/10.000
Redesenho: Autor



de vista de suas relações produtivas em particular quanto da relação que se estabelece com o contexto social mais amplo.

O Cecap é concebido como um momento do desenvolvimento das forças produtivas nacionais em função de seu grande número de unidades e equipamentos coletivos. Ele se funda na repetição exemplar de um modelo arquitetônico e urbanístico, fruto de uma concepção ideal da ocupação de todo o território e vale-se da pré-fabricação e standardização dos elementos construtivos a serem produzidos em série. Nele são projetadas gradações espaciais que se definem pelos espaços mais diretamente ligados às unidades habitacionais, passando pelos equipamentos coletivos que as associam e compõem freguesias (uma unidade de vizinhança), até sua relação com toda a metrópole. Seus espaços compõem uma pequena cidadela, e, suas gradações, um espaço aberto ao imponderável do devir.

O Copromo, por sua vez, é concebido como um processo de produção do espaço identificado à produção de relações sociais determinadas, constituídas a partir do movimento social na luta por moradia². Em contraposição ao chamado “desenvolvimento das forças produtivas nacionais”, baseado no lucro privado de grandes empresas construtoras, a produção desse conjunto se realiza pela gestão coletiva de fundos públicos destinados à moradia. Ele se funda na condensação e simplificação de técnicas construtivas, com a finalidade de serem apropriadas e geridas pelo coletivo de trabalhadores (associados aos arquitetos e ao Estado). Isso reflete tanto na própria organização de sua produção, que visa reduzir o esforço físico e a violência do trabalho, quanto na organização de seus espaços, os quais podem ser caracterizados por pequenos recintos apropriáveis pela demanda determinada dos trabalhadores moradores.

Porém, é necessário fazer uma ressalva, a fim de poder-se explicitar o porquê daquela sucessão de estranhamentos: se cada uma dessas experiências for tomada isoladamente, isto é, autonomizadas do processo histórico que, de algum modo, une as mesmas, não poderemos conceber uma relação dialética

entre elas (uma identidade contraditória) e acabaremos por conceber uma antinomia (ou uma oposição insolúvel). E, se persistirmos nesse caminho, a separação que se estabelece entre elas se desdobrará naquela estabelecida entre elas e o próprio processo histórico que as une. Eis que surge o problema do fetiche³: ao se descolarem (pelo pensamento) de suas relações históricas e apresentarem-se como formas ontológicas e puras, as relações sociais que produzem a coisa são nela subsumidas, parecendo serem propriedades naturais da própria coisa, como se a coisa existisse por si, sem o processo social o qual, efetivamente, produz-na e reproduz-na, e, assim, a coisa parece tomar o lugar das relações sociais, anulando a relação entre o sujeito e o objeto.

Nesse sentido, embora esses conjuntos tenham especificidades, o que os une? Ambos são resultados de concepções (historicamente determinadas) da arquitetura e urbanismo como uma atividade que pode contribuir com a emancipação social. Neles se projeta um inconformismo

(2) Cf. ARANTES, Pedro Fiori. *Arquitetura nova: Sérgio Ferro, Flávio Império e Rodrigo Lefèvre, de Artigas aos mutirões*. São Paulo: Ed. 34, 2002.

(3) MARX, Karl. *O capital: Crítica da economia política*. São Paulo: Nova Cultural, v. I, p. 70, 1985.

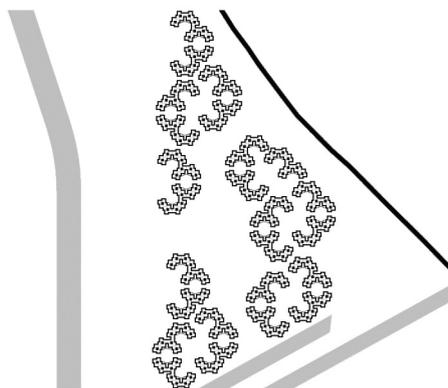


Figura 2: Implantação Copromo: esc.: 1/10.000
Redesenho: Autor

(4) Se a realidade é produto do trabalho de toda a sociedade, ela não pode ser identificada simplesmente como “dada” (uma concepção positivista e acrítica da história), mas sim como um produto das relações sociais de produção. Mas se ela é um produto das relações sociais, a realidade deve se apresentar de forma contraditória, na medida em que é o produto de uma sociedade dividida em classes sociais. O “inconformismo” contido nessas experiências representa um ponto de vista crítico dessa realidade. Aqui é necessário valer-se da discussão sobre como as formas de consciência são determinadas pelas relações materiais de produção; ver: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. São Paulo: Boitempo, 2007, p. 29.

(5) Cf. HEGEL, Georg. *Fenomenologia do espírito*. Petrópolis: Vozes, 2008.

(6) Cf. KOPP, Anatole. *Quando o moderno não era um estilo e sim uma causa*. São Paulo: Nobel, 1990.

(7) Cf. LEFEBVRE, Henri. *El materialismo dialectico*. Buenos Aires: Pleyade, 1971, p. 155 e 160.

(8) BOURDIEU, Pierre (Coord.). *A miséria do mundo*. Petrópolis: Vozes, 2007, p. 215.

(9) Cf. LEVEVRE, Henri. *A cidade do capital*. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

diante da “realidade dada”⁴. Porém, esses conjuntos habitacionais podem ser percebidos de um modo mais amplo, por meio de um conceito mais geral que os identifica entre si e com relação às demais experiências de uma mesma tipologia: configura-se uma forma social contraditória de produção do espaço, que aqui será chamada de “forma conjunto habitacional”.

O conceito de “forma” aqui utilizado é emprestado da filosofia, notadamente da dialética hegeliana⁵. Ela não significa *forma* em seu uso habitual, aquele identificado ao *formalismo*, por exemplo, mas sim a uma conceitualização ou formulação de uma idéia, ligada a conteúdos sociais determinados, transitórios, históricos. A partir da crítica à economia política, a “forma” passa a ser identificada, não mais apenas ao desenvolvimento de uma *idéia*, mas sim a processos materiais (sociais e históricos) de produção, concentrando em um conceito (não-fixo, isto é, aberto ao movimento) – processos de produção que se identificam e, ao mesmo tempo, diferenciam-se sob determinados aspectos.

Seguindo esse caminho, “forma conjunto habitacional” é empregada como meio de distinguir-se de “tipologia conjunto habitacional”, que, ao meu ver, está contida na noção de “forma”. Ainda que “tipologia” possa ser um conceito a abranger uma totalidade de experiências arquitetônicas e urbanísticas, distintas em suas particularidades, mas identificadas sob o conceito tipológico, acaba por reduzir essas experiências às suas expressões formais, empiricamente dadas, e aos conceitos e práticas mais diretamente ligados à arquitetura e ao urbanismo, contribuindo com seu descolamento do processo social e histórico de produção, o qual, efetivamente, realiza-os.

Nesse sentido, a “forma conjunto habitacional” identifica uma tipologia arquitetônica e urbanística (homogênea segundo seu aspecto tipológico, mas heterogênea sob suas particularidades) aos seus processos de produção, cujos contextos históricos e geográficos – bem como seus aspectos políticos, econômicos, estéticos, ideológicos – também se distinguem. A riqueza da “forma” consiste, em primeiro lugar, em conseguir operar distintos aspectos de uma “totalidade” sob conceitos que os identificam; mas, também, por permitir que essas especificidades não sejam solapadas por equalizações forçadas empreendidas por um conceito duro e fixo. Essas diferenças reveladas pela análise dos conteúdos contribuem com a *análise da forma*: está determinando o conteúdo, ao mesmo tempo em que o conteúdo está determinando a forma.

Assim, ao retomarmos as experiências aqui debatidas, esse tipo de produção pode ser analisado sob aspectos simultâneos. Por um lado, tem como possibilidade engendrar um novo espaço para um novo homem⁶ (e quais são as concepções de novo?). Ao associar diversos agentes sociais em seu processo produtivo (trabalhadores, técnicas, aparato burocrático e financeiro), torna-se possível a produção e ocupação de todo o território (livre dos determinismos históricos e naturais⁷); mas, por outro lado, os conjuntos habitacionais acabam produzindo o espaço da miséria e a miséria do espaço, pois a concentração de trabalhadores em áreas periféricas da cidade, conectados *funcionalmente* às áreas de trabalho e lazer, alia-se à setorização burocrática dos usos e equipamentos coletivos, que reduz a diversidade urbana ao cotidiano administrado e institucionalizado⁸. Isso engendrou, ao longo da História, um espaço homogêneo, fragmentado e hierarquizado, cuja produção se torna cada vez mais funcional à realização da mercadoria *no* espaço e do espaço *como* mercadoria⁹.



Figura 3: Implantação Cohab: esc.: 1/10.000
Redesenho: Autor

(10) Cf. USINA Centro de Trabalhos para o Ambiente Habitado (vários autores). *Cidade Tiradentes: Plano de ação habitacional e urbano*. Programa Bairro Legal. São Paulo, 2003.

Como esses dois conjuntos podem ser percebidos em uma unidade dialética, entre si e com relação a outras produções, é necessário relacioná-los, então, a outras formas tidas como exemplares, porém no sentido contrário: se, por um lado, apesar de suas diferenças, Cecap e Copromo representam experiências da “virtude da arquitetura”, que tendem a ser interpretadas como “naturalmente positivas”, por outro lado, Cohab Cidade Tiradentes e CDHU Empreitada Integral Iguatemi representam seu “vício”, tidas como “naturalmente negativas”. Cohab e CDHU são postas aqui por estabelecerem uma relação negativa com os dois conjuntos anteriores, o que permite estender as fronteiras da análise empreendida.

O conjunto de Cidade Tiradentes é o maior desse tipo realizado na América Latina. Suas inúmeras unidades habitacionais e equipamentos coletivos foram sendo implantados na extrema zona leste do município de São Paulo, a partir dos anos 70. No entanto, apesar do grande número produzido, não seguiu, a rigor, um planejamento territorial: o Estado adquiriu suas glebas de forma fragmentada ao longo do tempo e do espaço, o que contribuiu para a formação de um tecido urbano estilhaçado, cujos vazios e interstícios vão sendo paulatinamente ocupados por moradias e serviços informais ausentes na produção oficial¹⁰.

Essa forma de implantação contribui com a precarização do ambiente urbano e da vida cotidiana de seus moradores. Mas, apesar disso, o Conjunto de Cidade Tiradentes ainda forma uma pequena cidadela, composta de moradias, serviços e comércios – embora possa ser identificada mais a loteamentos periféricos informais da cidade do que a um distrito planejado. Já o Conjunto CDHU Iguatemi,

Figura 4: Implantação
CDHU: esc.: 1/10.000
Redesenho: Autor



Figura 5: Implantação
Cingapura: esc.: 1/10.000
Redesenho: Autor

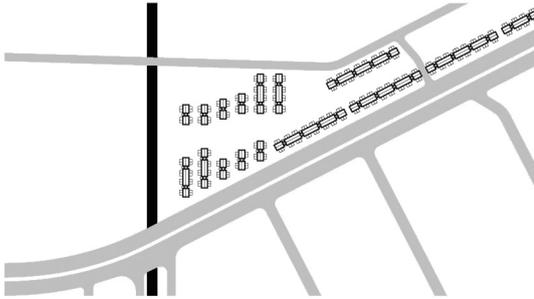
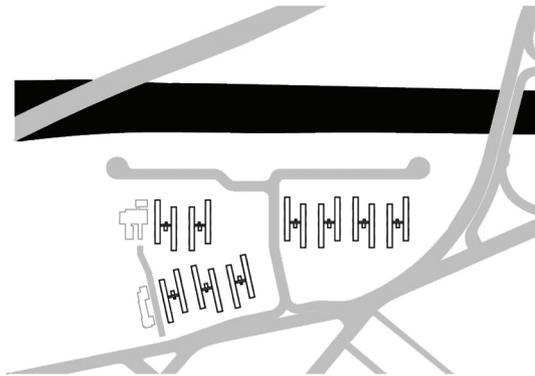


Figura 6: Implantação
Parque do Gato: esc.:
1/10.000
Redesenho: Autor



construído a partir de 2005, nas margens do Distrito de Cidade Tiradentes, caracteriza-se por constituir pequenos aglomerados justapostos de moradias, com seus respectivos equipamentos condominiais. Essa produção, mais recente, extrapola as fronteiras do Distrito e reduz o alcance da produção estatal ao restringir-se, basicamente, às unidades habitacionais. Reproduz a forma urbana de conjuntos habitacionais, mas sem a implantação, na mesma medida, de equipamentos e serviços coletivos, acentuando o caráter segregatório de sua forma de implantação.

Até aqui, apesar das especificidades históricas e geográficas de cada uma dessas produções, esses quatro conjuntos habitacionais partilham de uma mesma condição que lhes confere unidade: todos são periféricos e concentram a força de trabalho em áreas da cidade distantes daquelas que concentram trabalho e lazer. Desse modo, para se desenvolver essa reflexão faz-se necessário incorporar, ainda mais, duas experiências: o Conjunto Habitacional Cingapura Zaki Narchi, de 1995, e o Conjunto Habitacional Parque do Gato, de 2004. Essas experiências limites podem ser identificadas como “anticonjunto”, na medida em que são produzidas a partir de processos de urbanização de favelas e situam-se em áreas centrais da cidade, beneficiando-se da vantagem de localizarem-se em um ambiente urbano consolidado. Mas, por outro lado, também podem ser identificadas como “hiperconjunto”, na medida em que seu modo de produção exaure a forma conjunto habitacional em função da redução do número de unidades habitacionais e por serem destinadas às populações de rendas familiares ainda mais inferiores, equivalendo-se aos demais conjuntos na medida em que potencializam a necessidade de uma ação tutelar do Estado.

Diante desse conjunto de “conjuntos”, é necessário que passemos a observar suas imbricações ao longo da história para trazermos novas questões a esta análise. Essas observações serão realizadas, inicialmente, por duas passagens simultâneas: um contexto das respectivas companhias de habitação e a análise comparativa de seus ambientes, por meio de visitas e conversas com moradores. Esse movimento pretende partir de cada um dos conjuntos em particular e, ao estabelecer seus nexos e encadeamentos, enriquecer o conceito *forma conjunto habitacional* para além de cada fronteira empiricamente dada.

Poderíamos começar diretamente pelo Cecap¹¹, o mais antigo deles, não fosse necessário o entendimento do contexto histórico em que foi produzido, no qual puderam aflorar políticas públicas de financiamento à moradia, centralizadas e em nível federal¹². Esse governo, instituído mediante as armas de fogo, pretendia promover o desenvolvimento das forças produtivas nacionais pelo incentivo às empresas privadas (de meios de produção, infra-estrutura e da construção civil) e do arrocho salarial dos trabalhadores. Nessas condições, a acumulação de capital seria suficiente para que a produção nacional (por intermédio da indústria) reproduzisse suas relações de produção.

No entanto, para garantir a legitimidade do governo, precisou-se ter também uma base de sustentação ideológica, pois sua ação autoritária, associada às políticas impopulares de arrocho salarial, poderia gerar descontentamentos e revoltas populares. Assim, o acesso à casa própria, como propriedade privada, seria um desses elementos “*balsâmicos, apaziguadores de feridas cívicas*”¹³. A possibilidade de o trabalhador se fixar em uma parcela do território, mediante a habitação, em um contexto de urbanização de intensas transformações e

(11) A Caixa Estadual de Casas para o Povo foi criada em 1949, mas é apenas em 1964 que a companhia consegue ter transferência de recursos para ser capaz de realizar alguma produção, sendo extensão regional e executiva da política central do SFH/BNH. Ver: ROYER, Luciana. *Política habitacional no estado de São Paulo: Estudo sobre a Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do estado de São Paulo*, CDHU. Dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 2002.

(12) Tomamos como referência os institutos de aposentadorias e pensões, realizados pela ditadura militar anterior, cujos financiamentos eram divididos e atrelados a cada setor produtivo, fragmentando a ação do Estado e reforçando as políticas populistas do governo Vargas. Ver: BONDUKI, Nabil. *Origens da habitação social no Brasil*. São Paulo: Estação Liberdade, 1998.

(13) ZALUAR, Alba. *A máquina e a revolta: As organizações populares e o significado da pobreza*. São Paulo: Brasiliense, 2000, p. 68.

incertezas, garantir-lhe-ia, ao mesmo tempo, assegurar a moradia como refúgio diante do mundo hostil e como reserva financeira de valor futuro, mercadoria vendável no mercado.

Desse modo, para permitir o acesso do maior número de trabalhadores à casa própria, buscou-se reduzir o custo unitário da moradia pela racionalização de sua produção, do aumento da produtividade da indústria da construção civil e da constituição de “estoque de terras baratas”, localizadas em áreas distantes da região central das cidades. Mas também pela redistribuição de investimentos, da criação de empregos e de pólos de desenvolvimento que poderiam assegurar a amortização de investimentos privados nesse setor de produção, além de identificar o combate ao déficit habitacional à acumulação capitalista privada. É uma política, a um só tempo, *social* e *econômica*, e realiza-se *fundada* sobre o trabalhador, pois este aparece, simultaneamente, como fonte dos recursos financeiros (FGTS), como fonte do trabalho não-pago (canteiro de obras) e como a demanda (realização de valor)¹⁴.

(14) Cf. BOLAFFI, Gabriel. *A casa das ilusões perdidas: Aspectos sócio-econômicos do Plano Nacional de Habitação*. São Paulo: Brasiliense, 1977.

(15) Henri Lefebvre prefere utilizar o termo “usadores” ao invés de “usuários” por este já estar socialmente identificado à noção de consumidores, isto é, um conceito que estabelece com o espaço mais uma relação de *valor de troca* do que de *valor de uso*. Cf. LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. São Paulo: Moraes, 1981.

Nesse sentido, as intenções emancipatórias contidas na produção do Cecap, como um braço estadual da política federal, realizam-se em um contexto político e econômico adverso: o número total de unidades habitacionais produzidas foi reduzido à metade, os equipamentos coletivos – principalmente os de abrangência metropolitana – foram suprimidos e a industrialização substituída pela construção manufatureira tradicional. No entanto, mesmo tendo sido amputadas suas características essenciais, o conjunto passa a ser ocupado e vivido, proporcionando a constituição de relações sociais em espaço que se institui para além daquele do *laissez-faire* do mercado. A escassez de cidade – falta de equipamentos, serviços e comércios, além de seu isolamento diante da região metropolitana – passa a ser paulatinamente superada pela produção de seus próprios moradores. Um movimento contraditório, pois quanto mais cidade se torna (ao romper suas fronteiras, integrar-se ao entorno e substituir sua população ao enriquecer), menos conjunto habitacional permanece.

Essas transformações, contudo, podem ser interpretadas de forma ambivalente a partir do ponto de vista de seus moradores e “usadores”¹⁵. Seus espaços, concebidos para dinamizar as relações coletivas, acabam por se realizar

Figura 7: Interior da freguesia do Cecap
Foto: Autor



apenas para as crianças e adolescentes: para a população que está inserida no mundo do trabalho permanecem vazios ou, o que é pior, como elemento que promove a falta de privacidade e de segurança. Nesse sentido, esses moradores promovem o paulatino fechamento e cercamento das freguesias, transformando-as em condomínios fechados. Essas mudanças refletem uma atitude que visa resolver tais problemas objetivos, mas também como um meio de distinção social: adoção de imagens e nomes de um estilo de vida burguês.

O tipo de produção, concebido, ajustado e realizado no Conjunto de Guarulhos, desdobra-se em outras formas: aparecem a CDHU (desdobramento da própria Cecap) e, em âmbito municipal, a Cohab. É nesse momento que, efetivamente, realiza-se a grande promessa de produção em massa de moradias populares. Os ajustes de ordem financeira, institucional, burocrática, além das formas e soluções arquitetônicas e urbanísticas, puderam garantir altos “índices de produtividade”, mas contribuindo com o adensamento e isolamento das localizações periféricas da cidade. Se, a partir do paradigma do movimento moderno, os conjuntos habitacionais foram realizados pela arquitetura da economia (indústria: arte e técnica), esses ajustes passam a empregar a economia da arquitetura, destinando a essa atividade um papel secundário na definição das disposições espaciais e formas de produção¹⁶.

Em um primeiro momento, o papel de grande promotor habitacional pode ser identificado à Cohab, em função da constituição de seu banco de terras, localizadas nas periferias da cidade, e das formas de financiamento oriundas do SFH/BNH e, depois, com recursos municipais. Com o desenvolvimento da produção, os conjuntos habitacionais da Cohab também vão se ajustando: localizam-se cada vez mais distantes das áreas centrais (mesmo se comparados aos próprios conjuntos da companhia), além de, a cada nova produção, serem adensadas as unidades habitacionais: a redução de afastamentos, pé-direito, aberturas dos edifícios e também das áreas livres e do número de equipamentos e serviços coletivos¹⁷.

Em um segundo momento, esse papel passa a ser identificado à CDHU: seja pelo ajuste institucional da empresa e de suas próprias formas de financiamento, seja pelo desmantelamento institucional em curso da Cohab. A crescente importância da CDHU se dá em paralelo à adoção das políticas neoliberais em contexto brasileiro, nas quais passam a creditar à iniciativa privada, cada vez mais, a função central de condução das políticas de habitação: da concepção do produto imobiliário à definição das localizações urbanas e execução das obras. Nesse momento a implantação da CDHU se alinha à produção de mercado, sendo pulverizados conjuntos menores e em glebas espalhadas pela periferia¹⁸.

Ao percorrer os espaços de Cidade Tiradentes podemos observar o grande número de alterações empreendidas pelo conjunto de moradores. Das garagens e elementos decorativos que se alastram pelos edifícios à provisão de comércios e serviços informais, notadamente localizados nas áreas de maior movimento: a avenida central (metalúrgicos), onde circula a maioria dos ônibus que atendem à região. Essas alterações vêm satisfazer necessidades postas pelo cotidiano dos trabalhadores, mas que não são consideradas como tal pelo aparato burocrático da produção. No entanto, por serem realizadas com recursos humanos e financeiros dos próprios trabalhadores, além de rebaixar ainda mais as condições de reprodução da força de trabalho, faz com que o conjunto de seus espaços

(16) Cabe ressaltar que a aparente “não-arquitetura” dos conjuntos CDHU e Cohab se realiza, não em função da “falta de vontade política”, identificada à ausência de conjuntos habitacionais nos moldes do de Guarulhos, mas sim, por seu contrário: por uma abundante vontade política em transformar a produção da moradia e do espaço em produção capitalista do espaço.

(17) Cf. DAMIANI, Amélia. *A cidade (des)ordenada, concepção e cotidiano do conjunto habitacional Itaquera I*. 1993. Tese (Doutorado) – Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1993.

(18) Ver: ROYER, Luciana, op. cit.

Figura 8: Sucessão de blocos da Cohab
Foto: Autor



Figura 9: Praça viária do CDHU
Foto: Autor



Figura 10: Interior do recinto do Copromo
Foto: Autor



transforme-se em loteamento periférico, apesar de ser um distrito planejado pelo estado.

Já o Conjunto CDHU se assemelha mais a um condomínio fechado. Sua forma de organização, limitado a um máximo de 200 unidades habitacionais, associa-se à situação urbana de sua gleba: um terreno de dimensões reduzidas e separado do principal eixo de transporte – uma avenida de fundo de vale – por um grande aclive. A existência de poucos equipamentos coletivos, localizados próximos a essa avenida de grande movimentação e visibilidade, aumenta ainda mais a condição de isolamento das moradias. Se o CDHU pode ser interpretado como uma desistência de “fazer-se cidade”, esse conjunto ainda associa sua forma de produção privada (creditada à lógica da valorização imobiliária) à redução dos custos de produção (a fim de aumentarem os lucros das empresas produtoras), contribuindo para a necessidade de seus moradores proverem, às próprias custas, melhoramentos e manutenção necessários.

Em oposição a essa forma de produção, baseada na alta taxa de exploração da força de trabalho, que favorece os ganhos econômicos das empresas privadas e gera um espaço urbano estilizado, desgastando a reprodução da força de trabalho no cotidiano, constituíram-se os movimentos de luta por moradia. Com as ocupações de terras e negociações com o Estado, pôde-se articular um processo produtivo cujos trabalhadores associados – futuros moradores – pudessem gerir recursos públicos destinados à produção de moradias, além de compartilhar com as definições referentes à produção e usos desses espaços. Nesse sentido, o acesso à moradia seria também um momento de formação política, no qual a produção do espaço se identifica à produção de relações sociais: uma experiência particular de autogestão.

No entanto, por se inserir nas políticas habitacionais da CDHU – se bem que de forma diferenciada – e restringir-se a um grupo social determinado, o Conjunto Copromo reproduz o condomínio fechado das situações anteriores. Ainda que seus espaços tenham sido concebidos em sua totalidade (se comparados à Cohab e CDHU, que se limitam aos prédios e ruas, e “esquecem” das áreas livres e dos aspectos relacionados à paisagem), ele se restringe a uma forma urbana voltada para si mesmo, notadamente ao configurar recintos que dão as costas “ao mundo exterior”.

Se no Cecap podemos identificar uma concepção urbana que pretende alcançar todo o processo social apenas idealmente, ao hipostasiar as relações coletivas que se apropriariam de seus espaços; o Copromo, ao tentar fazer a crítica material desse idealismo, acaba se fechando à natureza (contraditória) de suas relações determinadas: seus espaços são vazios. Contudo, mesmo que essas experiências pretendam contribuir com a emancipação social, apesar de suas diferenças conceituais e práticas, ambas se igualam aos conjuntos realizados pelas empresas de habitação (Cohab e CDHU), ao se observar que todas elas se realizam a partir da constituição de um território destinado, exclusivamente, aos trabalhadores, além de isolar-se do contexto urbano e social mais dinâmico, conectando-os funcionalmente.

Essa forma de produção de conjuntos habitacionais periféricos há muito tempo é questionada¹⁹, seja pelos altos custos de implantação de infra-estruturas necessárias – em função de seu distanciamento das áreas centrais –, seja pela espoliação diária do conjunto de trabalhadores obrigados a despende muito

(19) Há uma extensa bibliografia, mas aqui destacaremos apenas duas em função da potência de seus argumentos: JACOBS, Jane. *Morte e vida de grandes cidades*. São Paulo: Martins Fontes, 2000; e LEFEBVRE, Henri. *De lo rural a lo urbano*. Barcelona: Península, 1971.



Figura 11: Bloco alinhado de edifícios do Cingapura
Foto: Autor



Figura 12: Recinto entre as lâminas do Parque do Gato
Foto: Autor

(20) A noção de “espoliação” vem complementar a de exploração, que se identifica ao momento da produção. A reprodução da força de trabalho, que tem como palco a própria cidade (lazer e moradia) é amplamente prejudicada em função de suas condições, espoliando o trabalhador para além de seu horário de trabalho. Ver KOWARICK, Lúcio. *A espoliação urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

tempo na circulação diária intra-urbana²⁰. Em oposição a essa forma de produção, podemos identificar duas experiências realizadas na área central da cidade, notadamente em processos de reurbanização de favelas. Mas, se elas têm essa aparente virtude, acabam por se restringir a intervenções pontuais, devido à inserção nas políticas político-partidárias de cunho espetacular e os altos preços das localizações urbanas nas quais são implantadas.

Cingapura Zaki Narchi e Locação Social Parque do Gato são duas marcas de gestão municipal. Ambas pretendem se beneficiar de sua inserção urbana, caracterizada pela presença massiva de equipamentos e serviços coletivos e locais de trabalho. Mas, por outro lado, ao se destinarem às populações de mais baixa renda – além da necessidade tutelar do Estado – seus espaços apresentam grande dificuldade de manutenção: são os conjuntos mais novos, mas também os mais deteriorados (dos danos nos edifícios aos equipamentos de trabalho informal – coleta e reciclagem – de seus moradores). Por outro lado, embora estejam

localizados na área central de São Paulo, suas regiões são marcadas pela presença dominante de galpões, pequenas fábricas, grandes equipamentos públicos e sistemas viários de circulação, que prejudicam sua inserção em um conjunto efetivamente urbano.

Mas esses conjuntos são também diferentes entre si. O Cingapura reproduz a tipologia “sem mediações” da Cohab e CDHU: os edifícios são dispostos ao longo das calçadas, sem conter espaços coletivos que façam a transposição do espaço público ao privado. Ele configura um imenso bloco de prédios justapostos que não contribui com a criação de espaços coletivos. Já o Parque do Gato tenta fazer uma síntese das formas empreendidas pelas experiências “inconformadas”: associa a constituição de recintos do Copromo, entre os edifícios sobre pilotis e aqueles que tocam o chão, com a reprodução *ad infinitum* das lâminas do Cecap, que possibilita a ocupação de todo o território e proporciona visuais abertas ao horizonte.

Por meio desse voo rasante sobre essas produções podemos notar que, ao decorrer do tempo, os conjuntos habitacionais (realizados pela constituição de grandes glebas periféricas e pela provisão pública de moradias e equipamentos coletivos, associados ao desenvolvimento econômico por meio da indústria da construção civil) vão, paulatinamente, dando lugar às experiências de menor porte: suas dimensões diminuem, assim como a presença de usos e equipamentos complementares à habitação. Em um primeiro momento, em função da lógica imobiliária das localizações urbanas e da privatização dos serviços públicos, para serem seguidos pelos pequenos conjuntos, frutos de políticas político-partidárias de grande impacto publicitário: dos lucros da grande produção à renda monopolista do espetáculo²¹. Essa transformação no modo de produção, no entanto, deve ser percebida a partir das condições materiais que a experiência histórica fornece, em função de seus aspectos políticos, econômicos e ideológicos. Se isso parece uma reflexão “fora da arquitetura”, é um meio pelo qual pode-se entender o porquê das diferentes formas de inserção do arquiteto, como um agente entre outros, no processo de produção social do espaço²².

Se, hoje em dia, a produção de conjuntos encontra limites à sua produção, ao se restringir cada vez mais às intervenções pontuais, o aspecto que, porventura, poderia explicá-lo remete ao modo como o *problema da habitação*²³ se coloca socialmente: seja quando “entra em cena”, em nosso caso, ao regressarmos até os anos Vargas; seja quando “sai de cena”, ao adiantarmos para o presente, cuja valorização das renovações urbanas – simbólica e econômica – desinteressa-se pela produção em massa de conjuntos habitacionais. Esses períodos são colocados aqui como dois momentos que “enquadram” – um antes e outro depois, o movimento que expusemos linhas acima, desde o Cecap até o Parque do Gato.

Sendo assim, nos anos Vargas, a produção em massa de moradias encontra sua legitimidade social para combater o déficit habitacional – resultado do mercado rentista de habitações, fundado na exploração de aluguéis e não na produção efetiva de unidades habitacionais – e na possibilidade de desenvolver-se a indústria nacional a partir de investimentos estatais. Nesse contexto são formuladas as políticas econômicas dos institutos de aposentadorias e pensões que transforma o Estado no principal agente dessa intervenção. Mas isso ocorre diante de uma dupla negatividade histórica: nacionalmente, o Estado passa a intervir mais diretamente nas políticas econômicas, ainda que a contragosto do liberalismo de então, que

(21) DEBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

(22) Aqui vale lembrar as questões relacionadas ao fetiche e à “vontade política”, discutidas linhas acima.

(23) Cf. ENGELS, Friedrich. *O problema da habitação*. Lisboa: Editorial Estampa, 1975.

(24) Poderíamos substituir o termo “a contragosto” por luta de classes: indústria e agricultura sobre o trabalhador. Ver OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica à razão dualista: O ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2003.

(25) A análise das renovações urbanas ainda deverá ser empreendida, mas cabe ressaltar as discussões, por exemplo, em torno da renovação urbana em andamento na região da Luz em São Paulo, a partir da qual se pretende contribuir com a valorização imobiliária por meio de incentivos e investimentos públicos, notadamente os de cunho cultural. Cabe ressaltar, também, que, apesar das especificidades histórico-geográficas, um mesmo movimento acontece em contexto europeu e norte-americano: as primeiras experiências dos CIAMS, ligadas à questão da industrialização e da superação do *déficit habitacional* decorrente do mercado rentista, passam a dar lugar à grande produção em massa, repetitiva e fragmentada do período subsequente à Segunda Guerra Mundial (esta sim efetivamente atrelada ao desenvolvimentismo econômico) e, mais recentemente, às renovações urbanas ligadas aos eventos culturais e esportivos (museus e olimpíadas), que colocam suas respectivas cidades no circuito internacional de valorização imobiliária: uma competição entre cidades. Sobre esse último aspecto, ver ARANTES, Otília Beatriz Fiori; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. *A cidade do pensamento único: Desmanchando consensos*. Petrópolis: Vozes, 2000.

(26) Cf. MARX, Karl. *O capital: Crítica da*

defendia a total liberdade para os detentores da propriedade privada; e, internacionalmente, o incentivo à industrialização – e, conseqüentemente, à urbanização – que se colocava a contragosto do papel de produtor e exportador de bens ligados à agricultura²⁴. Esse período marca a passagem da produção para o mercado de aluguéis (rendas) à produção da indústria da construção civil (juros e lucros), além de experimentar a incorporação do ideário da arquitetura e urbanismos modernos na produção de habitação social.

Nos anos seguintes podemos perceber que essa forma de produção vai se ajustando. O caráter expressivo da arquitetura e urbanismo vai sendo paulatinamente substituído pelo pragmatismo empresarial das produções. As determinações técnico-financeiras vão tomando o lugar das arquitetônicas e urbanísticas. Em paralelo a essa substituição, os conjuntos passam a ser muito maiores e implantados cada vez mais distantes. No entanto, nos anos recentes, a problemática urbana (contida produção de conjuntos) passa a legitimar intervenções pontuais em áreas centrais da cidade, que, por sua vez, desdobra-se nas renovações urbanas. Nesse tipo de produção a problemática da habitação social sai de cena, inclusive sendo caracterizada como obstáculo aos processos de valorização imobiliária realizados por programas culturais ou esportivos, reservando à atuação do arquiteto a concepção de monumentos pontuais e espetaculares²⁵.

A produção dos grandes conjuntos habitacionais, como expressão de política social, parece se deparar com um processo econômico que supera suas determinações especificamente arquitetônicas e urbanísticas, pois seu contexto de produção massiva começa e termina com a valorização imobiliária e a remuneração rentista da propriedade. Desse modo é necessário compreendermos como os conjuntos habitacionais se inserem nesse processo a partir da natureza própria de desenvolvimento das relações capitalistas de produção, inclusive pelas especificidades desse desenvolvimento aqui no Brasil.

O *trabalho* empregado na indústria tem como finalidade produzir *mais-valia*, a diferença entre o valor final de um *produto* e os valores adiantados para sua *produção*. Esse excedente constitui a parte do trabalho que não é paga ao trabalhador. Acumulado nas mãos do capitalista, deve se reproduzir para se conservar (como capital), gerando mais valor e reproduzindo o modo e suas relações de produção. O trabalhador só se “submete” à exploração por possuir apenas sua *força* de trabalho, sendo a reprodução de sua existência, inclusive como trabalhador assalariado, condicionada pela venda de sua força de trabalho ao capitalista, em função de ele possuir o monopólio dos meios de produção (trabalho, terra e dinheiro)²⁶.

A parte do trabalho que é paga ao trabalhador é o *salário* e seu *valor* é uma decorrência do custo de reprodução da força de trabalho, sendo o *preço de sua moradia* um dos elementos fundamentais. Portanto, a produção capitalista da habitação é condição e meio da reprodução das relações capitalistas de produção, na medida em que em sua produção, empiricamente dada, fornece o excedente necessário à acumulação capitalista, pela exploração dos trabalhadores empregados no *canteiro de obras*, mas que, por sua vez, irá realizar-se enquanto mercadoria, no *consumo* desses espaços pelos próprios trabalhadores os quais ali irão morar.

Nesse sentido, o processo *global* de produção capitalista deve ser entendido como uma unidade entre o processo de *produção* e de *circulação* de mercadorias. Unidade ocorrida no âmbito social, para além de seus momentos *privados* e

específicos. Se no privado isso se realiza na contradição entre *capital* e *trabalho*, no processo global *aparece* como concorrência entre capitalistas, fazendo crer que a acumulação se dá, exclusivamente, por decorrência *do capital*²⁷.

Nessa concorrência entre capitalistas são buscadas vantagens por melhores condições de realização da mercadoria no mercado, que incluem as contribuições capitalistas comerciais (liberam os industriais de vender diretamente suas mercadorias), os capitalistas financeiros (liberam os industriais de terem capital inicial para o investimento na produção e circulação) e os capitalistas fundiários (que liberam os industriais de possuírem terras – espaços – para a produção). Essas vantagens, evidentemente, são pagas pelo capitalista industrial, mas, apesar de sua fonte ser a *mais-valia* (a exploração da força de trabalho), aparecem como uma forma “autônoma” de juros e rendas: remuneração do simples uso da propriedade alheia (dos meios de comércio, do dinheiro e da terra). Quanto mais se desenvolvem as relações capitalistas de produção, mais essas formas de remuneração desenvolvem-se também. Daí os circuitos comerciais (circulação de mercadorias), os financeiros (créditos, hipotecas) e os rentistas (renda fundiária, monopólios de localizações), os quais encontram na própria *produção capitalista da cidade* um meio material de realização.

Assim, a *forma conjunto habitacional* pode ser concebida como um momento particular do processo de expansão urbana decorrente das relações capitalistas de produção, que se realiza em quatro movimentos sucessivos e simultâneos: a acumulação originária, a *mais-valia* absoluta, a *mais-valia* relativa e a renda monopolista. O primeiro momento se identifica às *fronteiras* espaciais a abrirem-se à produção do espaço propriamente urbano, criadas sobre um território natural ou agrário. São fronteiras produzidas de maneira *informal*, a partir do trabalho doméstico do próprio trabalhador, expulso de áreas mais valorizadas e a produzir esse espaço sem ser remunerado, não existindo como *custo de reprodução da força de trabalho*. Isso fornece condições para o espaço se *urbanizar* ao acumular, no espaço, o trabalho não-pago.

O momento seguinte se identifica à expansão do capital que se acumula, ainda pelo trabalho informal, mas sobre uma base urbana. São as *autoconstruções*, realizadas com parcelas de valor sem equivalente em salários e representam a extensão da jornada de trabalho do trabalhador para além do tempo do “chão de fábrica”. Até aqui, o rebaixamento do custo da reprodução da força de trabalho e dos salários acontece em decorrência do trabalho não-pago, realizado como forma necessária de assentar o trabalhador precariamente na cidade. Trabalho não-pago em sua forma *absoluta*.

Em um terceiro momento, esses pedaços da cidade passam a receber investimentos pesados do Estado, tais como regularizações fundiárias, infra-estruturas de transporte, energia e saneamento, e também com a produção de *conjuntos habitacionais*. São formas que rebaixam *relativamente* o custo da reprodução da força de trabalho em função de o Estado financiar os salários indiretamente e dinamizar o processo global de produção capitalista pela concentração de trabalhadores no espaço, que se encontram ligados às infra-estruturas, as quais, por sua vez, conectam-nos funcionalmente aos locais de trabalho.

Cada um desses momentos acumula capital no espaço, fixa uma parcela do produto social e, conseqüentemente, aumenta o preço da terra. Isso produz as condições materiais para que o capital possa se reproduzir; o quarto momento,

economia política. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

(27) Isso interessa à economia política, na medida em que vela o real movimento da produção capitalista, no qual a acumulação de capital, que provém da exploração da força de trabalho, ou seja, da parte do valor produzido por seu produtor direto que não lhe retorna como salário (*mais-valia*), aparece como resultado da astúcia do capitalista e das propriedades dos meios de produção (terra, máquinas, dinheiro).

aquele que pode reiniciar todo o processo, ao expulsar os trabalhadores das áreas valorizadas para as áreas a valorizar, tornando-se interessante ao movimento especulativo a buscar rendimentos com a valorização *diferencial* nesses espaços, tal como nas chamadas *renovações urbanas*.

São camadas sucessivas e simultâneas de investimento que vão, paulatinamente, incorporando-se ao espaço²⁸, criando *localizações* vantajosas monopolizáveis, que passam a garantir formas determinadas de renda urbana. Se, ao longo do tempo, põe-se mais acento sobre as formas rentáveis ou sobre as formas lucrativas, isso significa serem determinadas pelo contexto histórico e geográfico da luta de classes, que ora beneficia os capitalistas *proprietários*, ora beneficia os capitalistas *industriais*²⁹. Ambas podem ocorrer a partir do Estado que *dirige* o processo, seja em sua *presença às avessas*, seja em sua *presença efetiva*. Mas devem ocorrer, necessariamente, a partir da extração do mais-trabalho do trabalhador, explorado no momento da *produção* e espoliado no momento da *reprodução*.

Esse movimento, porém, deve ser ainda analisado sob aspectos que envolvem o processo histórico brasileiro, cujo desenvolvimento capitalista (acumulação do trabalho não-pago) apresenta especificidades. Se, no contexto europeu, o desenvolvimento econômico se inicia com a constituição do trabalho livre, pelos cercamentos que expulsam os camponeses de suas terras, tornando-as cativas e obrigando-os a trabalhar na indústria nascente nas cidades; no Brasil colônia ocorre a partir da produção baseada na terra livre e no trabalho cativo do escravo. Contudo, é na crise desse sistema, e na posterior incorporação do trabalho do migrante europeu livre, que a produção do espaço para a agricultura permite a acumulação de capital sem um valor correspondente à remuneração da força de trabalho.

No *campo*, a produção de terras cultiváveis (desmatamento, limpeza de terreno, construção de benfeitorias) se realizava pelo trabalho do próprio trabalhador, a fim de que esse pudesse complementar sua reprodução com o cultivo de subsistência (nas terras temporariamente emprestadas pelo proprietário rural, as quais deveriam ser beneficiadas e, posteriormente, repassadas – com todas essas benfeitorias – ao seu dono)³⁰. Movimento similar ao ocorrido na *cidade*, onde a posse informal e “temporária” da terra (favelas e loteamentos clandestinos) permite que os trabalhadores sejam assentados nas cidades (informalidade tolerada) e forneçam sua força de trabalho à produção capitalista. Em contrapartida, os trabalhadores devem produzir esses espaços sem serem remunerados. Como a habitação compõe o custo da reprodução da força de trabalho, e, conseqüentemente, dos salários, ao ser produzida e financiada pelo próprio trabalhador (autoconstrução e trabalho doméstico), seu valor correspondente fica liberado ao capitalista para investimento na produção: ao rebaixar os salários, pela produção do espaço, reproduz-se as relações capitalistas de produção baseadas nas altas taxas de exploração e espoliação da força de trabalho³¹.

Contudo, ainda cabe ressaltar o aspecto ideológico contido nessa produção. Se, no *campo*, o trabalhador se vê obrigado a trabalhar em terras alheias, para garantir sua subsistência, vê também a possibilidade de livrar-se desse martírio ao conquistar, a muito custo, uma terra própria: ali toda a produção poderia ser destinada a si mesmo. Na *cidade*, diante da instabilidade dos processos de urbanização – remoções, alta dos aluguéis, valorização imobiliária – a possibilidade de fixar-se em uma parcela do território; apesar da informalidade e precariedade

(28) Podemos conceber esse movimento a partir de MAUTNER, Yvonne. *A periferia como fronteira de expansão do capital*, em CSABA; SCHIFFER (Orgs.). *O processo de urbanização no Brasil*. São Paulo: Edusp, 1999; PEREIRA, Paulo Cesar. *São Paulo, a construção da cidade*. São Carlos: RiMa, 2004; e VILLAÇA, Flávio. *Espaço intra-urbano no Brasil*. São Paulo: Studio Nobel, 1998.

(29) Cf. MARX, Karl. *O capital*. São Paulo: Nova Cultural, 1985, v. 5, p. 269.

(30) Cf. MARTINS, José de Souza. *O cativo da terra*. São Paulo: Hucitec, 1986.

(31) Cf. OLIVEIRA, Francisco de, op. cit.; KOWARICK, Lúcio, op. cit.

ambiental, o trabalhador vê a possibilidade de garantir sua permanência na cidade e sua reprodução como trabalhador (assalariado)³².

Nesse sentido, o acesso à casa própria, à propriedade privada, ao contrário do que possa parecer³³, dinamiza as relações de produção capitalista ao garantir a realização da mercadoria no espaço e o espaço como mercadoria: sejam produções lucrativas em larga escala, sejam produções rentáveis em pequena. Além de travestir-se de um contrato social harmônico, fonte fecunda de políticas sociais populistas e moralistas. Portanto, qualquer forma de contribuição da arquitetura à emancipação social, para efetivamente se realizar deverá ser concebida e praticada em outras bases. E é preciso trabalhar muito para ver aonde se chega.

CONCLUSÃO

A análise empreendida até aqui visou debater criticamente a produção da arquitetura e do urbanismo, particularmente, pela reflexão sobre conjuntos habitacionais. Esta análise lança mão do uso de noções emprestadas de outras “áreas do conhecimento” e isso ocorre em função da própria atividade arquitetônica e urbanística se inserir no amplo processo social que extrapola suas fronteiras epistemológicas. Nesse sentido, visa *contribuir* com uma espécie de “desconstrução” de conceitos próprios e fixos, para buscar a reflexão que se dirige à transformação das relações sociais (e sua emancipação) pela contribuição da arquitetura e do urbanismo. Desse modo, por se tratar de uma análise no campo da *arquitetura*, não se pode desistir de suas práticas e reflexões teóricas que lhe são específicas, fazendo-se necessário “devolver”, àquelas formas de conhecimento, indagações pertinentes aos processos em direção à emancipação social, tais como a identidade aqui exposta entre *política social* e *política econômica*, realizada na produção de conjuntos habitacionais. Essa identidade tem uma dupla implicação: por um lado, relativiza o discurso que vê apenas as soluções *formais* de arquitetura e urbanismo e, por outro lado, explicita o caráter *quantitativo* dessas produções. Nesse sentido, a questão da *qualidade ambiental da forma de produção* coloca-se como problema central a ser analisado, o que inclui, por exemplo, o conjunto de transformações espaciais empreendidas pelos moradores *ao longo do tempo*.

A satisfação de necessidades ligadas à moradia e aos equipamentos coletivos, além de extrapolar as concepções *a priori* da arquitetura e urbanismo, do estado e suas instituições, realiza-se no cotidiano, cujas *produções espaciais* são identificadas à produção de *relações sociais*. Se o conjunto habitacional aparece como um tecido urbano formalmente fragmentado, hierarquizado e homogêneo, cuja setorização funcional contribui com o isolamento e a degradação desses espaços (abandono, depredação), isso ocorre em paralelo à fragmentação, hierarquização e homogeneização das próprias políticas públicas de provisão e financiamento. A isso se adiciona o conjunto de relações de trabalho baseado na separação (mediada pelo capital – propriedade privada dos meios de produção e dinheiro) entre o produtor direto, a produção e o produto.

Assim, parece-nos que a contribuição da arquitetura à emancipação social pode se realizar pelas concepções de usos e espaços integrados, fluidos e

(32) Daí a grande dificuldade ou resistência de implementar-se políticas de acesso à habitação que não sejam realizadas mediante a transferência da propriedade privada da moradia ao trabalhador.

(33) Na acumulação primitiva, na Europa, a expulsão dos trabalhadores de suas terras era a condição para a constituição do trabalhador livre assalariado. Mas, aqui, o acesso à propriedade privada já se constitui capitalisticamente, em função das especificidades históricas e geográficas de nossa “acumulação primitiva”.

diversificados, que podem romper a fragmentação experimentada pelos conjuntos habitacionais. Usos e espaços que se realizam em identidade com a produção de relações sociais também diversificadas, cujos trabalhadores, arquitetos, engenheiros e agentes sociais, entre outros, enfrentam-se em um complexo processo de discussão e produção, cada um com sua atividade específica, necessidades e desejos, os quais podem romper com a separação entre saberes (e poderes), instituída pelo desenvolvimento estatal e capitalista. Em uma palavra, é um processo dialético, pois as idéias que temos sobre as coisas só mudam quando as coisas mesmas, nas quais essas idéias operam, mudam também.

Assim, se há barreiras *externas* ao desenvolvimento da arquitetura, como as relações político-econômicas que subtraem dessa atividade seu caráter efetivamente emancipatório, há também as barreiras *internas* à própria atividade, que iludem seu processo com suas emancipatórias que são hipostasiadas. Nesse sentido, a hipótese aqui exposta é que a superação de impasses arquitetônicos e sociais em identidade só poderá ser realizada se experimentadas com essa finalidade e conjuntamente, seja em termos teóricos, seja em termos práticos.

REFERÊNCIAS

- ARANTES, Otilia Beatriz Fiori; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- ARANTES, Pedro Fiori. *Arquitetura nova*: Sérgio Ferro, Flávio Império e Rodrigo Lefèvre, de Artigas aos mutirões. São Paulo: Ed. 34, 2002.
- BOLAFFI, Gabriel. *A casa das ilusões perdidas: aspectos sócio-econômicos do Plano Nacional de Habitação*. São Paulo: Brasiliense, 1977.
- BONDUKI, Nabil. *Origens da habitação social no Brasil*. São Paulo: Estação Liberdade, 1998.
- BOURDIEU, Pierre (Coord.). *A miséria do mundo*. Petrópolis: Vozes, 2007.
- DAMIANI, Amélia Luísa. *A cidade (des)ordenada, concepção e cotidiano do conjunto habitacional Itaquera I*. 1993. 358 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993.
- DEBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.
- ENGELS, Friedrich. *O problema da habitação*. Lisboa: Editorial Estampa, 1975.
- FOLIN, Marino. *La ciudad del capital y otros escritos*. Barcelona: Gustavo Gilli, 1976.
- HEGEL, Georg. *Fenomenologia do espírito*. Petrópolis: Vozes, 2008.
- JACOBS, Jane. *Morte e vida de grandes cidades*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- KOPP, Anatole. *Quando o moderno não era um estilo e sim uma causa*. São Paulo: Nobel, 1990.
- KOWARICK, Lúcio. *A espoliação urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.
- LEFEBVRE, Henri. *A cidade do capital*. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.
- _____. *O direito à cidade*. São Paulo: Moraes, 1981.
- _____. *La production de l'espace*. Paris: Éditions Anthropos, 1974.
- _____. *El materialismo dialectico*. Buenos Aires: Pleyade, 1971.
- _____. *De lo rural a lo urbano*. Barcelona: Península, 1971.
- MARTINS, José de Souza. *O cativo da terra*. São Paulo: Hucitec, 1986.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. São Paulo: Boitempo, 2007.
- MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- MAUTNER, Yvonne. A periferia como fronteira de expansão do capital. In: CSABA, Deák; SCHIFFER,

- Sueli (Org.). *O processo de urbanização no Brasil*. São Paulo: Edusp, 1999.
- OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica à razão dualista*. São Paulo: Boitempo, 2003.
- OSEKI, Jorge Hajime. O único e o homogêneo na produção do espaço. In: MARTINS, José de Souza (Org.). *Henri Lefebvre e retorno à dialética*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- _____. *Arquitetura em construção*. 1983. 172 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1983.
- PEREIRA, Paulo Cesar. *São Paulo, a construção da cidade*. São Carlos: RiMa, 2004.
- PETRELLA, Guilherme Moreira. *Das fronteiras do conjunto ao conjunto das fronteiras*. 2009. 372 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.
- PRETECEILLE, Edmond. *La producción de los "grands ensembles"*. Barcelona: Gustavo Gilli, 1976.
- ROYER, Luciana. *Política habitacional no Estado de São Paulo: estudo sobre a Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo – CDHU*. 2002. 209 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.
- SERAJI, Nasrine. *Logement, matière de nos ville: chronique européenne, 1900-2007*. Paris: Picard et Pavillon L'Arsenal, 2007.
- USINA. Centro de Trabalhos para o Ambiente Habitado. *Cidade Tiradentes: plano de ação habitacional e urbano*. Programa Bairro Legal. Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Urbano da Prefeitura do Município de São Paulo. Cities Alliance. São Paulo: Prefeitura, 2003.
- VILLAÇA, Flávio. *Espaço intra-urbano no Brasil*. São Paulo: Studio Nobel, 1998.
- ZALUAR, Alba. *A máquina e a revolta: as organizações populares e o significado da pobreza*. São Paulo: Brasiliense, 2000.

Nota do Autor

Este artigo é decorrente da dissertação de mestrado, defendida em setembro de 2009 na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, sob orientação de Jorge Hajime Oseki (*in memoriam*) e Ângela Maria Rocha. Os argumentos presentes neste artigo se apresentam mais desenvolvidos na dissertação, que pode ser visualizada na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da Universidade de São Paulo, pelo endereço eletrônico: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16132/tde-13012010-111757/>.

Nota do Editor

Data de submissão: setembro 2010

Aprovação: dezembro 2010

Guilherme Moreira Petrella

Arquiteto e urbanista, com graduação em 2002 e mestrado em 2009 realizados na FAUUSP.

Rua Albuquerque Lins, 646, ap. 64

01230-000 – São Paulo, SP

guilhermepetrella@usp.br

(11) 9750-2679